



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Desfile na Sapucaí armou uma casa de caboclo para Lula

Petistas e juristas alinhados ao governo minimizam o impacto do desfile da Acadêmicos de Niterói, na Marquês de Sapucaí, sob o argumento de que não houve violação explícita da legislação eleitoral. É mesmo o que precisam fazer. Formalmente, de fato, a decisão da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, ao liberar a apresentação, respeitou o princípio constitucional da liberdade de expressão artística — impedir o desfile configuraria censura prévia. Mas a política, como se sabe, raramente se resolve apenas na esfera formal. E é justamente aí que os estrategistas da campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm razões de sobra para pôr as barbas de molho.

O problema não é o gesto isolado, mas na cadeia que se projeta no tempo. “As consequências vêm depois”, advertia o Conselheiro Acácio. O desfile não entrará para a história por seus méritos estéticos, mas pode entrar como jogada de marketing eleitoral e jurisprudência eleitoral que pode provocar pela controvérsia que provocou: a suspeita de propaganda eleitoral antecipada e de abuso de poder político. Trata-se de um prato cheio para a oposição, que já protocolou umas 10 representações no TSE pedindo a inelegibilidade de Lula, evocando precedentes recentes, como a condenação de Jair Bolsonaro pela reunião com diplomatas estrangeiros em que atacou a confiabilidade das urnas eletrônicas.

O contexto institucional torna o episódio ainda mais delicado. Em junho, Cármen Lúcia deixará a presidência do TSE e os ministros Nunes Marques e André Mendonça, ambos indicados por Bolsonaro, assumirão, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da Corte Eleitoral. Ainda que não se projete, hoje, uma condenação capaz de tornar Lula inelegível — sobretudo sendo o favorito na disputa —, a judicialização do episódio já produz desgaste político, ruído institucional e incerteza estratégica.

A favor de Lula pesam alguns cuidados adotados de última hora: a decisão de impedir que a primeira-dama, Janja Lula da Silva, desfilasse no último carro alegórico, como inicialmente previsto, e a opção por permanecer no camarote do prefeito Eduardo Paes, aliado político, limitando-se a gestos protocolares e os beijos às bandeiras das demais agremiações. Contra ele, contudo, fala o conteúdo do desfile em si, que recorre ostensivamente a símbolos clássicos de campanha: o refrão “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”, o número 13 do PT e a exaltação direta de políticas públicas do atual governo, compondo um quadro difícil de dissociar do calendário eleitoral. Sem falar nos ataques aos que foram chamados “neconservadores em conserva”, onde Lula sempre enfrenta dificuldades eleitorais, como o agronegócio e os evangélicos.

Do ponto de vista estritamente jurídico, o TSE agiu corretamente ao não barrar o desfile. Mas isso não equivale a um salvo-conduto. A própria ministra Cármen Lúcia advertiu para o “risco concreto e plausível” de ocorrência de ilícitos, a serem avaliados posteriormente. O Carnaval, por definição, é espaço de transgressão simbólica, sátira e crítica ao poder, mas não eleitoral. Ao optar por homenagear um presidente vivo, no exercício do cargo e candidato à reeleição, às vésperas do pleito, a Acadêmicos de Niterói subverteu essa lógica e tensionou deliberadamente os limites entre manifestação cultural e propaganda política.

Risco político

O risco político não está apenas no Judiciário. O episódio fornece munição narrativa à oposição e, sobretudo, às forças de centro que articulam uma alternativa eleitoral fora da polarização tradicional. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, trabalha para viabilizar uma candidatura competitiva, tendo como principal aposta o governador do Paraná, Ratinho Junior, sem descartar outros nomes, como Eduardo Leite e Ronaldo Caiado. Nesse cenário, cada desgaste simbólico do presidente fortalece o discurso de que Lula representa um ciclo em esgotamento.

Não por acaso, editoriais dos principais jornais apontaram o desfile como um exemplo de campanha antecipada disfarçada de festa popular. No mercado financeiro, a chamada Faria Lima não esconde seu crescente entusiasmo com uma candidatura do PSD, vista como mais previsível e menos polarizadora. Kassab avança na montagem de palanques estaduais onde Lula enfrenta maior rejeição, como Rio Grande do Sul, Paraná, Rondônia, ou tem palanques fortes, como Pernambuco e Sergipe. Num ambiente em que a desaprovação ao governo ainda permanece elevada, apesar da melhora recente dos indicadores econômicos.

A conjuntura econômica, porém, joga a favor do presidente: inflação sob controle, desemprego baixo, renda em recuperação e expectativas mais positivas quanto ao crescimento podem reduzir a rejeição e ampliar sua aprovação. Ainda assim, mesmo para o marqueteiro de Lula, o secretário de Comunicação Social do Governo, Sidônio Palmeira, o episódio da Sapucaí foi um erro de cálculo político, um tiro no próprio pé. O eleitor que rejeita Lula não mudou de opinião por causa do desfile; o eleitor fiel ganhou, no máximo, um jingle reciclado; e o eleitor volátil, aquele que decide eleições, teve mais motivos para irritação do que para reconciliação.

Ao permitir que a maior festa popular do país fosse atravessada por símbolos explícitos da disputa eleitoral e comparecer ao desfile da Acadêmicos de Niterói, Lula armou, para si mesmo, uma casa de caboclo: entrou confiante, mas saiu deixando rastros para adversários, juristas e candidatos alternativos explorarem. Na política, em ano eleitoral, nem tudo que é permitido é aconselhável e o aplauso não é sinônimo de voto.

Em tempo: a grande campeã do carnaval de 2026 foi a Unidos do Viradouro, de Niterói, com o enredo *Mestre Cica*, uma homenagem a Moacyr Silva Pinto, aos 69 anos, seu mestre de bateria. A Acadêmicos de Niterói, em último lugar, voltou para a Série Ouro.

PODER

Para auditores, STF cria “enredo de vítima”

Presidente da Unafisco considera que Corte usa suposto vazamento de dados de ministros para mascarar a crise interna. E observa: punição ao fiscal da Receita foi “desproporcional”

» LUANA PATRIOLINO

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) está usando o suposto vazamento de dados de autoridades pela Receita Federal (RFB) como cortina de fumaça para mascarar a crise interna do Judiciário. A Polícia Federal (PF) investiga se quatro servidores do órgão teriam vazado informações de ministros. Ao **Correio**, ele afirmou que as medidas tomadas foram desproporcionais e colocadas para gerar “enredo de vítima” por parte da Corte.

“Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas. Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir — e aí o Judiciário vai lá e bota a tornazeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável”, disse.

A PF investiga quatro servidores da Receita Federal que teriam vazado informações dos ministros do STF e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Na terça-feira, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. De acordo com o Supremo, a investigação é um desdobramento do inquérito das fake news. Foram alvos da operação Luiz Antônio Martins Nunes (funcionário do Serpro cedido à RFB), Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos (técnicos do Seguro Social) e o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes.

O Supremo destacou que a operação foi autorizada depois que “foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Receita Federal e o vazamento das informações sigilosas”. O ministro Alexandre de Moraes também determinou que os suspeitos ficassem proibidos de acessar o trabalho, mesmo que de forma remota. Ordenou, ainda, que entregassem passaporte, usassem de tornazeleira eletrônica e fossem quebrados os sigilos bancários e telemáticos de cada um.

Cabral acusa o Supremo de usar a situação para se colocar como “vítima” e ganhar apoio público diante da crise institucional que atravessa. “Temos que tentar interpretar os sinais. Nos parece que houve um planejamento para que

Waldemir Barreto/Agência Senado



Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas. Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir — e aí o Judiciário vai lá e bota a tornazeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável”

Kleber Cabral, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco)

essa situação viesse a ocorrer, esse enredo de vítima ao STF. Não tem razão para esse movimento todo. Afinal, qual foi o dado que o ministro Alexandre está achando que vazou da Receita? Falaram do contrato de R\$ 129 milhões [da mulher do magistrado, Viviane Barci de Moraes], que, sabidamente, não saiu da Receita, porque o órgão não tem esse documento”, defendeu.

O presidente da Unafisco lembrou que, em 2019, Moraes, também no âmbito do inquérito das fake news, afastou auditores fiscais igualmente suspeitos de vazarem informações sigilosas. Segundo ele, não houve diálogo com o

Judiciário desde então. “Não houve diálogo e nem tentativa de diálogo. Na verdade, a Receita levou aquela pancada, mas não atravessou nenhuma linha. A Receita estava, de maneira objetiva, criando uma metodologia para selecionar contribuintes, pessoas politicamente expostas”, explicou.

Ele acrescenta: “Foi tudo suspenso, os dois auditores afastados. Hoje, todo mundo tem muito medo de represália, do que pode acontecer, ninguém quer perder o emprego. Então, lá no caso concreto de 2019, passado dois, três meses, eles voltaram, porque não tinha absolutamente nada de concreto”.

Exploração “midiática”

O vice-presidente da Unafisco, Mauro Silva, concorda com a tese de que a reação da Corte estaria sendo desproporcional diante do caso. Segundo ele, o fato está sendo explorado de maneira “midiática”.

“O acesso por bisbilhotagem, de maneira imotivada, pode resultar em uma pena de advertência. É diferente caso o servidor tivesse acessado e divulgado as informações. Existe o acesso imotivado e o vazamento. No meio de tudo isso, tem a questão probatória. A Receita sabe de tudo isso: quem acessou, em que tela, em que horário — tudo. Tem um relatório sobre isso. O que nos causa espanto é o efeito midiático. Tudo parece ser desproporcional”, disse ao **Correio**.

Mauro também rejeitou a tese de que houve vazamento de informações. Para a Unafisco, foi apenas um “acesso indevido”. Ele discorda das medidas de segurança impostas pelo Supremo.

“Para que reter passaporte e colocar tornazeleira eletrônica? O ideal nesses casos é cancelar o acesso dele aos sistemas e quebrar o sigilo. Faltou uma análise da Corte, que tem a mais alta percepção para aplicar o direito. O conjunto de medidas nos parece um tanto exagerado e desproporcional. Foi um acesso indevido, não houve vazamento”, garantiu.

MAIORIDADE PENAL

Governistas rebatem ministro sobre plebiscito

» VANILSON OLIVEIRA

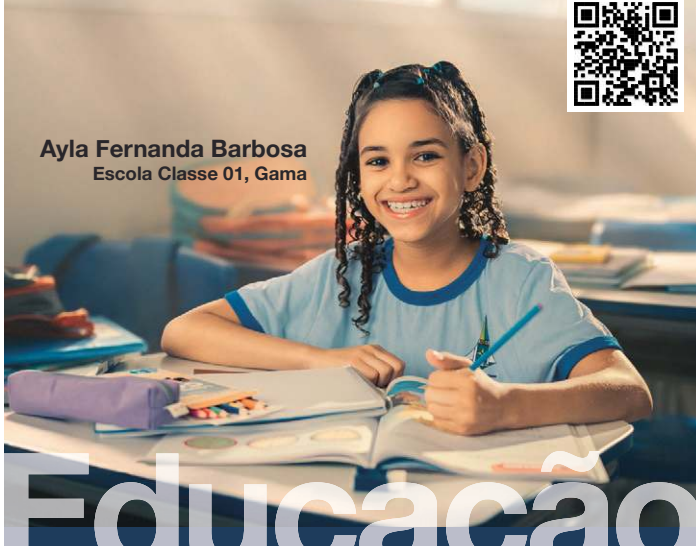
A recente declaração do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima, sobre a possibilidade de um plebiscito para debater a redução da maioridade penal desencadeou uma onda de manifestações na Câmara dos Deputados. A bancada do PT divulgou nota contrária à proposta, enquanto parlamentares da direita defenderam que a sociedade deveria consultar-se sobre o tema. Na Argentina, a Câmara aprovou, na quinta-feira passada, um projeto de lei que reduz a maioridade penal de 16 para 14 anos. A proposta vai ao Senado de lá e, se aprovada, segue para a sanção do presidente Javier Milei.

O comentário de Wellington veio por conta das declarações do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, Mendonça Filho (União-PE), sobre incluir no texto a redução da maioridade penal. “Não seria algo imediato. Há debates se a melhor

maneira seria um referendo, um plebiscito. Não se pode dizer que uma modalidade de consulta popular como exercício de democracia direta seja, em si mesma, um mal. A ideia de colocar para a sociedade brasileira esse debate é uma ideia legítima e bem orientada”, afirmou o ministro.

A bancada do PT afirmou que a proposta, além de “politicamente retrógrada, incorre em teratologia jurídica, tendo em vista que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes integram o núcleo intangível da Constituição Federal e, portanto, não são passíveis de deliberação por maiorias eventuais”.

Já a deputada e ex-líder do PSol Talíria Petrone (RJ) afirmou que não é encarcerando mais pessoas que a segurança pública será resolvida. “Temos um cárcere que o próprio Supremo Tribunal Federal declarou que está em um estado institucional de coisas, onde 40% dos presos brasileiros são provisórios, a maioria negros”, lembrou.



Ayla Fernanda Barbosa
Escola Classe 01, Gama



Educação

Em sete anos, o cartão material escolar já beneficiou 572 papelerias credenciadas.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelerias credenciadas.



GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.